

Notas e comentários

Duas concepções polares sobre o processo econômico e inflação. Uma nota para discussão *

Raul Ekerman**

1. Introdução; 2. A economia como um processo natural e o Estado como seu regulador passivo; 3. A economia como um processo social e o Estado como seu regulador ativo.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é contrastar duas visões polares sobre o processo econômico e a inflação, bem como o papel que em cada uma delas desempenha o Estado.

A primeira visão entende a economia como um sistema regido por princípios naturais, princípios estes que não se alteram devido à mudança de circunstâncias. Ademais, encara o Estado como passivo à economia: ao Estado cabe a compreensão dos princípios que regem a economia e, a eles se sujeitando, promover as condições para que a sociedade tire o melhor partido das circunstâncias. O Estado é passivo à economia no sentido de que age como árbitro neutro em relação a ela. A ação do Estado, em vista disto, é julgada em termos de erros e acertos. O Estado acerta quando, iluminado pelos princípios naturais imutáveis, age consoante a eles. Erra, em caso contrário. Um representante moderno e significativo desta visão é, a nosso ver, por exemplo, Milton Friedman (1962).

A segunda visão entende a economia como um processo regido por regras de relacionamento social, regras estas significativamente condicionadas pelas circuns-

* O autor deseja agradecer a Persio Arida e a José Luiz Carvalho por críticas e sugestões, evidentemente, sem comprometê-los.

** Professor da EPGE/FGV.

tâncias. Ademais, encara o Estado como ativo à economia no seguinte sentido: ao Estado, tanto na primeira visão como nesta, cabe, mediante o monopólio da força, fazer com que regras de relacionamento social da economia sejam cumpridas. Na segunda visão, porém, este poder de imposição do Estado não cai do céu; ele é condicionado aos poderes que existem na economia. Portanto, as ações do Estado em relação à economia não podem ser as de árbitro neutro. As suas ações são julgadas por interesses com expressões de poder (expressões políticas) definidas. Um representante moderno e significativo desta visão é, a nosso ver, por exemplo, Maria da Conceição Tavares (1978).

As duas visões encontram seus fundamentos em Adam Smith (1776), porém a primeira adquire seu caráter apolítico através dos marginalistas — por exemplo, Leon Walras (1874) — ao passo que a segunda adquire seu caráter definitivamente político através de autores de diferentes escolas — por exemplo, Karl Marx (1867) ou J. B. P. Commons (1934). No presente trabalho, ao apresentarmos a segunda visão, cingir-nos-emos à influência de Marx.

A brevidade com que tratamos do assunto, é bom advertir, elimina parte substancial da riqueza de idéias que ele contém. A justificativa para tal expediente, além de nossas limitações pessoais, é a necessidade que sentimos de contribuir para aumentar e melhorar o debate entre economistas de diferentes convicções.

2. A economia como um processo natural e o Estado como seu regulador passivo

Esta visão parte do pressuposto de que todos os indivíduos do sistema econômico, quer sejam considerados isoladamente ou em grupo, são proprietários de capitais.

Os diferentes tipos de capitais prestam diferentes tipos de serviços produtivos. Assim, o capital terra presta serviços de consumo alimentício, o capital máquina presta serviços de consumo de bens de consumo e de bens de produção, o capital humano presta serviços de trabalho.

Os serviços, que são fluxos, derivados dos capitais que são estoques, são comprados e vendidos pelos proprietários de capitais. Por efeito da oferta e da procura, os serviços obtêm preços que indicam a sua escassez relativa. Esta, por sua vez, depende da dotação relativa dos capitais que lhe deram origem.

Estes capitais, presumindo-se a existência de concorrência livre e perfeita, a longo prazo (período de ajustamento), obtêm uma única taxa de retorno. Em vista disto, a relação entre a taxa de retorno r e os preços dos diversos serviços p_i define os preços (valores monetários) dos diversos capitais K_i . Isto é, $K_i = p_i/r$. Vemos, portanto, que:

- a) para uma dada disponibilidade relativa de capitais;
- b) para uma dada escassez de serviços haverá uma taxa de retorno r compatível com um vetor de preços p_i .

Cada proprietário de capitais do sistema econômico, inclusive o Governo que pode ser considerado como um *trustee* dos capitais que produzem serviços públicos, é credor ou devedor líquido de outros proprietários de capitais. Isto porque cada proprietário de capitais, ao vender os serviços de seus capitais e comprar serviços de capitais de outrem, não o faz sempre à vista. Na medida em que compram e vendem a prazo, os proprietários assumem a posição de credores ou devedores líquidos diante de outros proprietários.

Os proprietários, em conjunto, nas suas qualidades de devedores/credores, não são credores ou devedores líquidos de ninguém, já que, no agregado, débitos e créditos se anulam. Entretanto, são, em conjunto, credores ou devedores líquidos da autoridade monetária, que é o Banco Central. Sendo devedores junto a este, pelas aplicações que o mesmo faz, e credores pelo seu passivo (papel-moeda em circulação mais depósitos dos bancos no Banco Central mais recursos não-monetários).

Concluimos que há uma relação consistente entre os conjuntos de preços de capitais K , de preços dos serviços destes capitais P e da taxa única de retorno aos capitais r . Entretanto, como os capitais guardam entre si uma estrutura específica de débitos/créditos D , isto é, uma estrutura específica entre os proprietários deficitários líquidos e superavitários líquidos, é mister que o relacionamento consistente entre K , P , r também seja consistente com D .

Para que o Banco Central não quebre a relação de consistência (relação de equilíbrio) entre K , P , r e D , será necessário que, a cada período em que não se altere a escassez relativa de serviços e a dotação relativa de capitais, a expansão de seu débito monetário líquido junto ao conjunto dos proprietários de capitais seja igual à taxa única de retorno r , taxa esta que também pode ser vista como taxa de expansão dos capitais. Em outras palavras, a taxa de expansão da base monetária B (papel-moeda em circulação mais depósitos dos bancos no Banco Central) deve ser igual a r . Uma expansão de B ($\Delta B/B$) diferente de r acarretará uma queda ou elevação dos preços em geral. Com efeito, se o Banco Central expandir B a uma taxa inferior a r , quebrará a coerência entre K , P e D . Haverá uma tendência ao aumento de proprietários superavitários líquidos, expandindo a procura geral de serviços aquém da oferta que, por sua vez, é regulada pela disponibilidade relativa e global de capitais. Em consequência, os preços dos serviços, em média (o nível geral de preços), cairão. No caso oposto, se o Banco Central expandir B a uma taxa superior a r , por raciocínio simétrico, os preços dos serviços, em média (o nível geral de preços), subirão — haverá inflação.

Consideremos agora a situação de mudança no sistema econômico.

Ao longo do tempo, mais cedo ou mais tarde, a dotação relativa de capitais se altera, bem como a escassez relativa dos serviços produzidos pelos capitais. Isto ocorre devido a alterações dos gostos dos indivíduos (alterações de funções de utilidade), devido a alterações na combinação de capitais (alterações tecnológicas), devido ao aparecimento de novos tipos de capitais (inovações tecnológicas), ou a uma combinação destes diferentes tipos de alterações. Em consequência, os capi-

tais que antes do início das alterações obtinham uma única taxa de retorno passam a obter taxas de retorno distintas, já que se alteram os preços dos serviços.

Nesta situação de desequilíbrio, de disparidade de taxas de retorno aos vários capitais, haverá capitais com taxas de retorno abaixo e acima de uma taxa de retorno média.

Os capitais com taxa de retorno abaixo da média somente permanecerão a longo prazo, isto é, até o término do período de desequilíbrio e ajustamento a um novo equilíbrio (que irá estabelecer uma nova relação de consistência entre K , P , D e r), na medida em que aumentem seu endividamento líquido. Para que isto ocorra, porém, será necessário que o débito dos capitais se expanda, em conjunto, diante do Banco Central, além da taxa retorno r , preexistente ao desequilíbrio. Ou, sob outro ângulo, será necessário que o débito líquido do Banco Central — a base monetária — se expanda além de r , preexistente ao desequilíbrio.

No caso de o Banco Central sancionar uma taxa de expansão da base monetária além de r , os proprietários de capitais superdeficitários permanecerão, embora produzindo serviços a preços que superestimam a sua escassez relativa. A tendência, neste caso, é, em média, uma elevação dos preços dos serviços em geral (do nível geral de preços), acompanhada de ineficiências na alocação de capitais.

Se, no entanto, o Banco Central não sancionar uma taxa de expansão da base monetária além de r , os capitais superdeficitários serão liquidados (por falência, por fusão a outros capitais, por transformações organizacionais etc.) e o sistema econômico entrará em um novo equilíbrio, sem ter ocorrido elevação do nível geral de preços. A composição quantitativa e qualitativa de capitais e serviços será diferente da anterior, porém com consistência de relacionamento entre K , P , D e r .

O modelo que acabamos de apresentar é uma representação *in extremis* do que se pode denominar ortodoxia neoclássica monetarista. Vejamos algumas das pressuposições implícitas aí:

- a) que os proprietários de capitais, isto é, os trabalhadores que são proprietários de capital humano, os industriais que são proprietários de capital equipamento, os terratenentes que são proprietários do capital terra etc., resolvem as questões de suas liquidações e transformações em harmonia e tranquilidade, sem provocar dor de cabeça ao Estado;
- b) que o Banco Central, que é um organismo do Estado, é uma instituição cuja gestão é meramente técnica, independente de injunções que envolvem relações entre proprietários dos mais diversos tipos de capitais.

3. A economia como um processo social e o Estado como seu regulador ativo

Nesta visão, tal qual na anterior, todos os indivíduos, quer sejam considerados isoladamente ou em grupo, são proprietários. Contrastando, porém, com o modelo

anterior, nem todos os indivíduos, quer considerados isolados ou em grupo, são proprietários de capitais.

Os proprietários são classificados em duas categorias, classificação esta regida pelo critério do tipo de mercadoria principal que possuem. Consideramos importante, aqui, conceituar mercadoria, que nem sempre se confunde com um bem ou serviço.

Mercadoria, não importa qual a sua configuração física, é simplesmente algo passível de transação no mercado. Assim, por exemplo, os serviços da dona-de-casa, na própria casa, constituem bem útil, porém não uma mercadoria, pois, pela sua natureza, não são transacionados no mercado.

Os dois tipos de mercadorias principais que definem as categorias de proprietários são: 1) a mercadoria força de trabalho; 2) a mercadoria meio de produção. Os proprietários da mercadoria principal força de trabalho são denominados trabalhadores; os proprietários da mercadoria principal meio de produção são denominados capitalistas.

As mercadorias que definem os proprietários são adjetivadas de principais pelos motivos expostos a seguir. Os trabalhadores, secundariamente, podem ser proprietários de outras coisas que não a mercadoria força de trabalho. Por exemplo, contas bancárias, ações, títulos, bens de consumo durável etc. Entretanto, a magnitude de tal propriedade secundária é, em termos relativos à magnitude da propriedade principal, de significação negligenciável. Similarmente, os capitalistas, secundariamente, podem ser proprietários de outras coisas que não a mercadoria meio de produção, inclusive de força de trabalho.

Segundo Marx (1867), o valor (que aqui, para não complicar, podemos entender simplesmente como uma magnitude expressa em unidades monetárias) da mercadoria meio de produção é denominado capital constante. Esse capital é chamado constante porque, a cada instante do tempo, não tem a capacidade de pôr em movimento por si só o seu próprio valor. Quer dizer, os meios de produção, a cada instante do tempo, na sua qualidade de bens úteis, são produtos do trabalho passado, auxiliado por meios de produção do passado, que precisam de alguma ação humana para que possam movimentar-se. Por si só, são objetos imóveis e passivos. Por outro lado, o valor da mercadoria força de trabalho é denominado capital variável. Diz-se capital variável porque o seu valor, a cada instante do tempo, tem a capacidade de pôr em variação, isto é, de pôr em movimento, outros valores. Quer dizer, a força de trabalho, a cada instante do tempo, na sua qualidade de bem útil, gera trabalho, isto é, ação humana que põe em movimento o capital constante, isto é, o valor dos meios de produção (máquinas, equipamentos, instalações, materiais, matérias-primas — preexistentes ao instante de tempo em que começam a ser utilizadas).

Na visão anterior, os capitais e os serviços produtivos que eles geram são coisas. Na qualidade de coisas, as relações de troca, isto é, as relações de valor, são relações entre coisas. Marx (1867) aponta que as relações de valor são vistas como relação entre coisas devido ao fetichismo (qualidades mágicas) de que se revestem

as mercadorias. As qualidades mágicas das mercadorias decorrem do fato de que elas são o documento de acesso — uma espécie de carteira de clube social — para que os indivíduos se tornem proprietários. Uma vez que os indivíduos, na sua vida econômica, precisam de títulos de proprietários para se relacionarem uns com os outros, tais equacionamentos sociais acabam por ser representados por relacionamentos físicos. Para dar um exemplo, parafraseando Smith (1776): é por considerar seus interesses individuais em primeiro lugar que o padeiro, o açougueiro e o tecelão atendem da melhor forma possível ao interesse comum. Cada um dos três indivíduos produz um bem que os outros dois não têm e ele tem. Assim, as relações sociais entre o padeiro, o açougueiro e o tecelão são transfiguradas em relações físicas: 10 pães = 1 quilo de carne; 20 pães = 1 metro de tecido etc.

Entretanto, a sociedade moderna não é apenas uma sociedade mercantil formada por profissionais autônomos (donos de açougues, donos de padarias, donos de alfaiatarias etc.); é uma sociedade mercantil capitalista, na qual a relação social básica é entre donos de força de trabalho e donos de meios de produção, isto é, entre trabalhadores e capitalistas.

Nos dias de hoje, a expressão capitalista pode ser enganosa, já que os indivíduos proprietários de meios de produção são, na sua maioria, considerados agrupadamente, em instituições organizadas de forma burocrática e dentro das quais se torna problemática, usando uma expressão de Georgescu-Roegen (1971), a separação aritmomórfica entre capitalistas e trabalhadores — particularmente entre o grupo dos funcionários gerenciais. Apesar disto, permanece o fato básico de que a relação social predominante da vida econômica é a de que os indivíduos, na sua qualidade de proprietários, são controlados pela égide dos capitalistas em conjunto, isto é, pelo capital. O capital não é uma coisa; é uma entidade social; entidade social esta que tem sua expressão quantitativa (contábil) pela denominação, em valor, do capital constante c , do capital variável v e de sua expansão, que é o valor excedente ou mais-valia s : $C = c + v + s$.

O capital, sob diversas modalidades — capital industrial (representado pelo valor de máquinas, equipamentos e instalações); capital financeiro (representado pelo valor de ativos monetários e financeiros); capital comercial (representado pelo valor do ativo das firmas comerciais) etc. — é uma entidade que, para se manter como tal, necessita expandir-se continuamente. A taxa de expansão do capital é a taxa de lucro r . Se r for zero, ou negativo ($r \leq 0$), por um período relativamente prolongado, o capitalismo deixa de ser capitalismo, passando a ser algo que, como não existe, é estéril especular o que seria.

O processo capitalista de acumulação é inerente cíclico. Vale dizer, a taxa de lucro r oscila e, falando de modo estilizado, vai do instante t_0 em que assume valor mínimo $r = \min$ até o instante futuro t_1 em que assume valor máximo $r = \max$, para, em seguida, caminhar a um outro instante futuro t_2 em que assume de novo valor mínimo $r = \min$. O período entre t_0 , em que $r = \min$, e t_1 , em que $r = \max$, podemos denominar de prosperidade; o período entre t_1 em que $r = \max$, e t_2 em que $r = \min$, podemos denominar de depressão.

A caracterização do processo capitalista como inerentemente cíclico está em completa divergência com o modelo de capitalização descrito no item anterior, pois a taxa de acumulação r (taxa de retorno aos capitais na visão anterior) jamais permanece constante. Em outras palavras, em Walras (1874) há, primeiro, um estado de equilíbrio (*steady state*); em seguida, um estado de desequilíbrio transitório que, após um período de ajustamento, atinge um novo estado de equilíbrio. No capitalismo, que é inerentemente cíclico, jamais há equilíbrio. A taxa de acumulação r , em cada período de tempo, a não ser de modo fortuito ou por coincidência, é sempre distinta da taxa r de outros períodos. Vale dizer, não existe acumulação (crescimento) de *steady state*.

Outra característica inerente do processo de acumulação é o que Shumpeter (1942) denominou de processo de criação destrutiva. Isto quer dizer o seguinte: que tanto nos períodos de prosperidade como de recessão criam-se novos métodos tecnológicos, mercadológicos, organizacionais e novos bens e serviços que no processo de implantação destroem, total ou parcialmente, os antigos métodos tecnológicos etc., e os antigos bens e serviços.

As duas características inerentes ao processo de acumulação, a cíclica e a de criação destrutiva, estabelecem uma relação entre os proprietários em geral, incluindo aí o Governo na qualidade de *trustee* de bens públicos perante o Banco Central, de natureza bastante diferente daquela do modelo anterior.

Também, como na visão anterior, os proprietários, em conjunto (todos os trabalhadores, mais todas as organizações capitalistas, mais o Governo na qualidade de *trustee* de bens públicos), são, a cada instante do tempo: devedores do Banco Central, pelas aplicações que este faz; e credores do Banco Central, pelo passivo (papel-moeda em poder do público mais depósitos dos bancos no Banco Central mais recursos não-monetários).

Na visão anterior, se o Banco Central expandisse a base monetária B (papel-moeda em circulação mais depósitos dos bancos no Banco Central), a uma taxa superior à taxa de equilíbrio r de retorno de capitais, haveria expansão da procura geral de serviços além da oferta que, por sua vez, é regulada pela disponibilidade relativa e global de capitais. Em consequência, os preços dos serviços, em média (o nível geral de preços), subirão. Por outro lado, ainda no modelo anterior, em situação de mudança em que houvesse, para uma dada taxa r , um excesso de déficit junto ao Banco Central, o Banco Central teria duas alternativas:

- a) cobrir o excesso de déficit com expansão de B além de r , sancionando inflação e ineficiência na alocação de capitais, ou:
- b) manter a expansão de B à taxa r , evitando inflação e liquidando proprietários superdeficitários.

Ora, na visão presente, a taxa de acumulação global r altera-se continuamente e, ainda que a concorrência intercapitalista estabeleça uma tendência a que as taxas de lucro de organizações capitalistas distintas tendam à taxa única de acumulação global, sempre haverá, para uma dada taxa r de acumulação — que, insisti-

mos, não é de equilíbrio — um excesso de déficit ou crédito dos proprietários em conjunto perante o Banco Central. Consideremos a situação mais comum, que é a do Brasil nos últimos 40 anos, e do mundo ocidental desenvolvido nos últimos 15 anos: a de excesso de déficit dos proprietários em conjunto para com o Banco Central.

Em contraste com a visão anterior — em que o Banco Central tinha duas opções: a) cobrir o déficit e sancionar inflação *cum* ineficiência; ou b) manter uma taxa fixa de expansão da base monetária, evitando inflação e liquidando proprietários superdeficitários — no modelo presente, o Banco Central é a caixa de ressonância de inevitáveis antagonismos, inter e intra trabalhadores, organizações capitalistas e o próprio estamento governamental. O dilema do Banco Central não é: sancionar ou não sancionar a inflação, eis a questão! O seu dilema é de espectro amplo: que classes, frações de classe e estamentos de diversos tipos e, principalmente, os do governo — favorecer ou desfavorecer, uns em relação aos outros?

Por outro lado, a situação de déficit dos proprietários em conjunto (lembramos: inclusive o Governo no seu papel de *trustee*), para com o Banco Central, é distinta, conforme a fase do ciclo econômico, isto é, se a fase é de prosperidade ou de depressão.

Na fase de prosperidade a taxa de acumulação segue uma tendência, ainda que oscilante, crescente. Ora, o que caracteriza a fase de prosperidade é que os investimentos (os gastos das organizações capitalistas) estão-se acelerando. Aceleração de investimentos implica: aumento de emprego, aumento relativo do grau de divisão de trabalho e, portanto, da produtividade do trabalho. Em vista disto, a sanção do déficit global junto ao Banco Central, pela expansão adicional que este faz da base monetária, implica sancionar ganhos, decorrentes de gastos que atuaram no sentido de reduzir, em média, os preços dos bens e serviços (o nível geral de preços), redução esta decorrente do aumento geral da produtividade. Claro, se o sistema econômico já vem, *a priori*, com um processo inflacionário, o caso não será de redução do nível geral de preços, mas sim de redução na taxa de inflação.

Na fase de depressão, a situação é distinta. A taxa de acumulação segue uma tendência, ainda que oscilante, decrescente. Ora, o que caracteriza a fase de depressão é que os investimentos (os gastos das organizações capitalistas) estão-se desacelerando. Isto implica redução de emprego, redução do grau relativo de divisão do trabalho e, portanto, da produtividade do trabalho. Em vista disto, a sanção do déficit global para com o Banco Central, pela expansão adicional que este faz da base monetária, implica sancionar ganhos, decorrentes de gastos que atuam no sentido de aumentar a taxa de inflação, aumento este decorrente da redução geral da produtividade.

Três observações importantes para concluir este item.

1. O corolário de política econômica desta visão é que ela, e, em particular, a política monetária, no mundo real, não se baseia em critérios técnicos, mas sim em critérios políticos.

2. É necessário distinguir o processo inflacionário de acordo com a fase do ciclo econômico. Se o ciclo for de prosperidade, a assim chamada expansão exagerada dos meios de pagamento estará sancionando uma valorização efetiva do capital; valorização efetiva esta representada por um aumento relativo do grau de divisão do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade do trabalho. Ademais, a taxa de inflação tende à desaceleração. Por outro lado, se o ciclo for de depressão, a assim chamada expansão exagerada dos meios de pagamento estará sancionando uma valorização fictícia do capital; valorização fictícia esta representada por uma redução relativa do grau de divisão do trabalho e, por conseguinte, da produtividade do trabalho. Ademais, a taxa de inflação tende à aceleração.

3. A avaliação de política econômica não é baseada em critérios de erros ou acertos do Governo, no uso de meios com vistas a objetivos numericamente definidos (manutenção de uma dada taxa de inflação etc.). Ela é baseada em critérios de atuação do Governo visando incentivar e desincentivar a criação de novas organizações capitalistas com a contrapartida de destruição parcial ou total de antigas. O sucesso ou insucesso da política econômica é julgado, em última instância, e independentemente da visão normativa de cada um de nós, pelo atendimento a mudanças na estrutura de produção que, respectivamente, favorecem ou desfavorecem interesses com expressão política definida.

Bibliografia

Commons, John R. *Institutional economics*. New York, Macmillan, 1934.

Friedman, Milton. *Capitalism and freedom*. Chicago, The University of Chicago Press, 1962.

Georgescu-Roegen, Nicholas. *The Entropy law and the economic process*. USA, Cambridge, Harvard University Press, 1971.

Marx, Karl. *The Capital. A critique of political economy*. New York, Vintage Books, 1977 (publ. orig. 1867).

Shumpeter, Joseph. *Capitalism, socialism and democracy*. New York, Harper & Brothers, 1942.

Smith, Adam. *The Wealth of nations*. New York, Modern Library, 1937 (publ. orig. 1776).

Tavares, Maria da Conceição. *Ciclo e crise*. Rio de Janeiro, Departamento de Economia, Faculdade de Economia e Administração da UFRJ. Tese para o concurso de professor titular, 1978.

Walras, Leon. *Elements of pure economics*. London, George Allen and Unwin, 1954 (publ. orig. 1874).